

Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Atualizado com as alterações promovidas pelas:

Portaria nº 514, de 23 de outubro de 2008 (DOU 18/nov/08) - revogada

Portaria nº 627, de 18 de dezembro de 2008 (DOU 19/dez/08) e retificação
realizada no DOU de 22 de dezembro de 2008

Portaria nº 628, de 18 de dezembro de 2008 (DOU 19/dez/08)

Portaria nº 12, de 13 de janeiro de 2009 (DOU 14/jan/09)

Portaria nº 66, de 12 de fevereiro de 2009 (DOU 13/fev/09)

Portaria nº 95, de 6 de março de 2009 (DOU 09/mar/09)

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro:

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

Chefe de Gabinete:

MARIÉDEN MARTINS TOSTA

Secretário-Executivo:

RODRIGO JOSÉ PEREIRA-LEITE FIGUEIREDO

Secretária Nacional de Habitação:

INÊS MAGALHÃES

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental:

LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI

Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana:

LUIZ CARLOS BUENO DE LIMA

Secretária Nacional de Programas Urbanos:

MARIA TERESA JUCÁ

SUMÁRIO

I	Apresentação	4
II	Participantes e Atribuições Gerais	4
III	Do Processo de Contratação e Execução dos Programas e Ações	7
IV	Contrapartida	18
V	Placa de Obra/ Serviço	19
VI	Dos Procedimentos de Apuração de Irregularidades	19
VII	Disposições Gerais	19
VII	Contatos	20

I APRESENTAÇÃO

1 Este Manual é parte integrante da Portaria nº XXX, de de agosto de 2008, e tem por objetivo orientar municípios, estados e Distrito Federal sobre o processo geral de aprovação e execução de projetos envolvendo recursos do Orçamento Geral da União, nos Programas e Ações sob a responsabilidade do Ministério das Cidades - **MCIDADES** que integram o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

1.1. No caso das ações: Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários; Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, e Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social deverão ser observadas as resoluções do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, criado pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e as Instruções Normativas que regulamentam as ações programáticas do FNHIS.

1.2. As obras e serviços realizados no âmbito do PAC deverão observar, além do disposto neste Manual, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

1.3. A execução das ações previstas nos Termos de Compromisso seguirá, no que couber, o disposto na Portaria Interministerial MF/MP/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, com exceção do disposto nos arts. 3º; 6º; 12 a 19; 23 § 2º; 24; 25 inciso I; 45 a 48; 50; 53 e 60 §§ 1º e 2º.

II PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES GERAIS

2. Os principais participantes do processo de aprovação e execução de intervenções apoiadas pelo PAC, inscritas nos Programas e Ações do **MCIDADES** são:

2.1. MINISTÉRIO DAS CIDADES – MCIDADES

2.1.1. Conforme dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu art. 27, inciso III, alínea “e”, cabe ao **MCIDADES** realizar a gestão, a coordenação geral, a gerência, o acompanhamento e a avaliação da execução e dos resultados dos programas e ações. É também atribuição do **MCIDADES** estabelecer um conjunto de normas operacionais com o objetivo de disciplinar o processo de aprovação e execução das operações inscritas em seus Programas e Ações, como expressão da política nacional de desenvolvimento urbano e em conformidade com a legislação vigente.

2.2. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA

2.2.1. A Caixa Econômica Federal – **CAIXA**, como Unidade Gestora do **MCIDADES**, é encarregada da operacionalização dos Programas/Ações do **MCIDADES** inseridos no PAC, conforme definido em Contrato de Prestação de Serviços firmado

entre o **MCIDADES** e a **CAIXA**, na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, bem como neste Manual.

2.2.2. As atribuições da **CAIXA** são, em síntese:

a) receber os Termos de Compromissos relativos às propostas selecionadas pelo **MCIDADES** no âmbito do PAC, bem como a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas, na forma das normas editadas pelo **MCIDADES**, compreendendo as seguintes etapas:

1 – análise da compatibilidade da proposta constante no Termo de Compromisso com a seleção efetuada e diretrizes estabelecidas pelo **MCIDADES**;

2 - análise técnica de engenharia;

3 - análise da regularidade da área de intervenção do projeto, quando couber;

4 - análise do projeto social, quando couber;

5 - verificação dos documentos relativos ao processo licitatório exclusivamente quanto à publicidade, à planilha de custos do licitante vencedor e sua compatibilidade com os custos aprovados pela **CAIXA**, o respectivo enquadramento do objeto contratado com o efetivamente licitado, a sua Adjudicação e Homologação, fazendo anexar ao processo de contratação manifestação expressa de advogado não participante do processo licitatório, atestando o atendimento às normas da Lei nº 8.666/93, à regularidade procedimental, e ao enquadramento da modalidade do processo licitatório, nos termos exigidos pelo art. 38 da referida Lei;

b) aprovar os Termos de Compromisso firmados pelos **ENTES FEDERADOS**;

c) zelar para que os requisitos para a contratação das iniciativas, estabelecidos pelo **MCIDADES**, sejam fiéis e integralmente observados;

d) promover a execução orçamentário-financeira relativa aos Termos de Compromisso, de acordo com as diretrizes, critérios, procedimentos e rotinas estabelecidas nas normas editadas pelo **MCIDADES**, observada a legislação pertinente à matéria;

e) acompanhar e atestar a execução das obras e serviços objeto dos Termos de Compromisso efetuados, inclusive os derivados da aplicação da contrapartida dos Municípios, Estados e Distrito Federal, bem como analisar e aprovar eventuais reprogramações técnicas que venham a se fazer necessárias, devidamente justificados tecnicamente e de modo tempestivo pelo ente beneficiado, ou até a ocorrência de fato imprevisível, desde que mantida a finalidade original da obra ou serviço e observados os limites à ação prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA;

f) solicitar ao **MCIDADES** a descentralização dos recursos da União, de acordo com o critério estabelecido em norma;

g) comprovar a regular aplicação das parcelas liberadas por meio do ateste da execução física das obras/serviços constantes dos Termos de Compromisso;

h) no caso de irregularidades e descumprimento pelos Municípios, Estados e Distrito Federal das condições estabelecidas no Termo de Compromisso, suspender a liberação das parcelas previstas até a regularização da pendência;

i) suspender o trâmite da liberação de recursos quando solicitado pelo **MCIDADES**;

j) manter disponíveis dados e informações ao **MCIDADES** acerca da execução e acompanhamento dos Programas e Ações, na forma, conteúdo e periodicidade previamente acordadas;

k) encaminhar denúncia ao Tribunal de Contas da União nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, após prévia manifestação do **MCIDADES**;

l) subsidiar o **MCIDADES** quanto à formalização da Tomada de Contas Anual dos programas operados;

m) manter os documentos comprobatórios dos atos e fatos relativos à execução dos empreendimentos em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão ou entidade concedente, exceto aqueles cuja obrigação legal de arquivamento seja de outrem;

n) dar ciência à Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal, conforme o caso, da liberação dos recursos financeiros, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento, na forma disposta no art. 1º, da Lei nº 9.452/97;

o) analisar as prestações de contas parciais e finais e adotar as providências cabíveis;

p) instaurar Tomada de Contas Especial, na forma da lei; e

q) manter o **MCIDADES** informado sobre o andamento das operações propostas/compromissadas, por meio do encaminhamento periódico de informações gerenciais e do atendimento às solicitações extraordinárias de informação a respeito dessas operações.

2.3. **MUNICÍPIOS, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL – ENTES FEDERADOS**

2.3.1 O **ENTE FEDERADO** é o responsável pela apresentação do Termo de Compromisso e respectivo Plano de Trabalho, em resposta a demandas e necessidades sociais e de infra-estrutura urbana, em consonância com as diretrizes das políticas do Governo Federal estabelecidas para o PAC e da política nacional de desenvolvimento urbano, emanada de normativos aprovados pelo **MCIDADES**. Deve, ainda, estimular a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto, administrar e fiscalizar a execução dos trabalhos necessários à consecução do objeto compromissado, observando critérios de qualidade técnica, prazos, custos previstos no Plano de Trabalho e os princípios componentes do regime jurídico administrativo, notadamente os expressos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

2.4. BENEFICIÁRIOS FINAIS

2.4.1. Definidos nos Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações disponibilizados no endereço eletrônico do **MCIDADES**: <http://www.cidades.gov.br>.

III. DO PROCESSO DE SELEÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES:

3. O fluxo do processo de seleção, aprovação e execução dos Programas e Ações do PAC dar-se-á conforme discriminado nos itens a seguir, com as respectivas responsabilidades pela execução e apresentação dos procedimentos que devem ser cumpridos pelo **ENTE FEDERADO**, pelo **MCIDADES** e pela **CAIXA**.

4. ACESSO AOS PROGRAMAS/AÇÕES

4.1. Para acessar os Programas/Ações do **MCIDADES**, os **ENTES FEDERADOS** deverão se habilitar de uma das seguintes formas:

- a) por meio de encaminhamento de proposta para concorrer a processo público de seleção, ou
- b) por meio de inclusão no PAC.

4.1.1. Os **ENTES FEDERADOS** deverão aguardar a comunicação expressa do **MCIDADES** ou da **CAIXA**, autorizando a apresentação da documentação exigida para efeito de formalização do Termo de Compromisso.

4.2. Para as propostas que se enquadram na alínea “a” do subitem anterior, os **ENTES FEDERADOS** deverão enviar ao **MCIDADES**, exclusivamente via internet, as propostas/projetos em período a ser definido por ato específico.

4.3. Os formulários eletrônicos de que trata o subitem 4.1, alínea “b”, serão oportunamente disponibilizados no endereço eletrônico do **MCIDADES** <http://www.cidades.gov.br>.

4.4. Propostas anteriormente enviadas ao **MCIDADES**, e que ainda não tenham sido atendidas, deverão submeter-se a nova inscrição e análise, nos estritos moldes e critérios previstos neste Manual e nos Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações.

4.5. Para acessar os recursos do FNHIS os **ENTES FEDERADOS** deverão assinar Termo de Adesão, na forma estabelecida na Resolução CGFNHIS nº 02, de 24 de agosto de 2006, suas alterações e aditamentos, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cidades.gov.br>.

4.6. A avaliação preliminar das propostas por parte das Secretarias Nacionais do **MCIDADES** terá por base critérios próprios, técnicos e condições de enquadramento estabelecidos neste Manual e nos Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações, de acordo com as disponibilidades orçamentária e financeira definidas para este Ministério.

4.6.1. A seleção técnica preliminar das propostas será submetida à apreciação do Secretário-Executivo e, em seguida, remetida à consideração e homologação do Ministro das Cidades e do Comitê Gestor do PAC - CGPAC, quando couber.

5. PROPOSTAS SELECIONADAS

5.1. O **MCIDADES** divulgará o resultado da seleção em seu sítio eletrônico ou por comunicação direta aos proponentes.

5.2. Após a homologação do Ministro, o resultado da seleção será encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, que por sua vez a comunicará à **CAIXA**, para adoção dos procedimentos subsequentes.

5.2.1. A comunicação da seleção à **CAIXA** conterá necessariamente os dados orçamentários de cada operação, bem como identificação da natureza de transferência obrigatória de cada proposta selecionada.

5.3. A **CAIXA** deverá comunicar ao **MCIDADES** o número do registro no seu sistema corporativo, indicando a correspondência com o número de identificação da proposta selecionada, enviado pelo **MCIDADES** no momento da seleção.

5.4. Após a solicitação formal da **CAIXA**, o **ENTE FEDERADO** deverá encaminhar à Superintendência Regional, à agência mais próxima, ou ao escritório de negócios da CAIXA, a documentação institucional, técnica e jurídica definida no item 6 deste Manual e no art. 25, da Portaria Interministerial nº 127, de 2008.

6. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

6.1 Quando se tratar de ente público, o **ENTE FEDERADO** deverá apresentar à **CAIXA** a seguinte documentação:

6.1.1 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Compromisso assinado pelo chefe do Poder Executivo de cada esfera de governo, ou o seu representante legal, acompanhado do respectivo Plano de Trabalho, parte integrante do Termo de Compromisso;

b) croqui ou planta da cidade com localização da(s) área(s) objeto da intervenção, incluindo as correspondentes coordenadas geográficas.

c) no caso de obra, Projeto Básico de engenharia - plantas, orçamento detalhado, memorial descritivo, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas dos materiais e serviços a serem executados;

d) projeto de trabalho social, conforme Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações;

e) projeto de regularização fundiária, conforme manuais específicos;

f) no caso de obra de grande vulto, Projeto Executivo, ressalvada, excepcionalmente, sua elaboração na oportunidade da execução do objeto, desde que mediante prévia autorização, devidamente motivada, da autoridade responsável pelo gerenciamento do programa referente ao empreendimento, considerando as peculiaridades de cada caso concreto, os riscos e as vantagens de postergar a produção do projeto executivo, bem como o entendimento atualizado dos órgãos de controle, notadamente a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, tudo em estrita conformidade com o art. 7º, §§ 1º e 6º, da Lei nº 8.666, de 1993;

g) demais documentos especificados nos Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações e no art. 25, da Portaria Interministerial nº 127, de 2008.

6.1.2. DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

a) Comprovação de disponibilidade orçamentária para fazer frente à contrapartida acordada, conforme sistemática estabelecida pela **CAIXA**.

6.1.3. DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

a) documentação comprobatória da titularidade da área, conforme o caso, nos termos dispostos no art. 25, inciso IV, da Portaria Interministerial nº 127, de 2008, e eventuais condições específicas estabelecidas pelo **MCIDADES** e pela **CAIXA**;

a.1) poderá ser aceita, para início de obra, declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que o ente federado é detentor da posse da área objeto da intervenção; [\(incluído pela Portaria nº 628, de 2008\)](#)

a.2) a regularização formal da propriedade deverá ser comprovada até o final da vigência do Termo de Compromisso; [\(incluído pela Portaria nº 628, de 2008\)](#)

a.3) em caso de obras lineares de saneamento básico (adutoras, coletores, interceptores e similares) admite-se que a comprovação da titularidade seja efetuada por Termo de Permissão ou Documento de Autorização do Proprietário. [\(alterado pela Portaria nº 628, de 2008\)](#)

b) termo de posse, carteira de identidade e CPF do prefeito ou do governador e autoridade interveniente, ou dirigente máximo de entidades da administração pública indireta.

6.1.3.1. Os documentos deverão ser originais ou, em caso de fotocópias, autenticados por tabelião ou por servidores da **CAIXA**, a quem os documentos forem apresentados.

6.1.3.2. Outros documentos poderão ser exigidos pelo **MCIDADES** em razão de especificidades técnicas, institucionais ou jurídicas do Programa/Ação a ser executado.

7. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PELA CAIXA:

7.1. Recebida a documentação, a **CAIXA** procederá à análise técnica, verificando o atendimento das seguintes condições:

7.1.1. Seleção prévia da proposta pelo **MCIDADES**.

7.1.2. Atendimento aos objetivos, aos critérios e a todas as demais condições determinadas no respectivo Manual Específico para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações, com destaque para a fiel e integral observância aos requisitos estabelecidos nas Diretrizes Gerais, bem como nas Diretrizes Específicas para Elaboração de Projetos.

7.1.3. Atendimento à documentação prevista no item 6 deste Manual e às suas demais disposições.

7.1.4. Conformidade do percentual de contrapartida com o disposto no Capítulo IV deste Manual.

7.1.5. Comprovação de que os recursos referentes à contrapartida estão devidamente assegurados pelo **ENTE FEDERADO**.

7.1.6. Análise do cronograma físico-financeiro e da compatibilidade do prazo de execução com o objeto proposto.

7.1.7. Comprovação da viabilidade técnica, jurídica e financeira do projeto, que deverá ser devidamente atestada pela **CAIXA**.

7.1.7.1. Nos casos em que não for comprovada a viabilidade técnica, jurídica e financeira do projeto, ou que houver desistência do **ENTE FEDERADO**, a **CAIXA** deverá comunicar formalmente o **MCIDADES**, com os motivos que levaram à não efetivação da proposta selecionada.

7.1.8. Cumprimento das determinações contidas na Lei nº 11.578, de 2007, e na Portaria Interministerial nº 127, de 2008, no que se refere aos Contratos de Repasse, com exceção do disposto nos artigos citados no subitem 1.3 deste Manual.

7.1.9. Obrigatoriedade de que a última parcela de desembolso do Termo de Compromisso observe, no mínimo, os valores da tabela abaixo, de acordo com o Valor do Investimento:

Valor do Investimento - VI	% do Valor de Repasse - VR
Até R\$ 1 milhão	10%
Acima de R\$ 1 até R\$ 10 milhões	5%
Acima de R\$ 10 milhões	3%

7.1.9.1. A última parcela de desembolso de cada etapa, aprovada na SPA, deverá respeitar os percentuais estabelecidos nesse item, considerando-se o valor de investimento da etapa.

7.1.10. Comprovação de que, uma vez concluída, a intervenção proposta terá funcionalidade plena, independentemente de outras ações ou etapas futuras.

7.1.10.1. Nos casos em que os recursos da União pleiteados pelo **ENTE FEDERADO**, acrescidos do valor da contrapartida obrigatória, corresponderem a uma fração do projeto global, deverá ser exigida a comprovação de que a proposta de intervenção está prevista no Plano Plurianual do Município ou Estado beneficiado. Nesse caso, a análise de projeto e o acompanhamento da obra/serviço pela **CAIXA** ficarão restritas aos itens ou etapas de execução referentes ao objeto constante do Termo de Compromisso.

7.1.10.2. Deverão ser informados no Plano de Trabalho as etapas, os produtos correspondentes e seus montantes, além dos agentes financiadores envolvidos.

7.1.10.3. Deverá constar, ainda, em cláusula específica do Anexo ao Termo de Compromisso, a responsabilidade dos **ENTES FEDERADOS** pela conclusão total do empreendimento, a fim de assegurar a sua funcionalidade.

8. FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

8.1. Após análise e aprovação da documentação técnica, institucional e jurídica, o **ENTE FEDERADO** formalizará o Termo de Compromisso e seu Anexo.

8.1.1 O Termo de Compromisso e seu Anexo serão aprovados pela **CAIXA**.

8.1.2. A cada ação incluída ou alterada no PAC corresponderá um Termo de Compromisso, a ser apresentado pelo **ENTE FEDERADO** beneficiado.

8.2. O **ENTE FEDERADO** providenciará a abertura de conta bancária junto à **CAIXA**, específica para movimentação dos recursos.

8.3 O prazo para formalização do Termo de Compromisso será definido pelo **MCIDADES** no momento da seleção. Diante do não cumprimento desse prazo, a **CAIXA** encaminhará, de imediato, relatório de operação para decisão do **MCIDADES**, sem prejuízo das rotinas operacionais em andamento, prévias à contratação.

9. ELABORAÇÃO DA “SÍNTESE DO PROJETO APROVADO – SPA”

9.1. Resolvidas as eventuais pendências identificadas na análise do projeto ou, quando for o caso, do termo de referência, a **CAIXA** deverá encaminhar ao **MCIDADES** a “Síntese do Projeto Aprovado - SPA” de cada operação.

10. ANÁLISE DA SPA PELO MCIDADES

10.1. O **MCIDADES** analisará a SPA com vistas à verificação, pela área técnica responsável, do enquadramento global do projeto aprovado pela **CAIXA** aos objetivos e às diretrizes das políticas definidas pelo **MCIDADES**, para eventuais correções no procedimento.

10.2. O encaminhamento da SPA pela **CAIXA** à área técnica do **MCIDADES** é pré-condição para autorização de início da obra/serviço.

10.3. A **CAIXA** deverá adotar as providências cabíveis para sanear/corrigir os eventuais descumprimentos aos dispositivos deste Manual e/ou do Manual Específico para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações, determinadas pela respectiva Secretaria finalística após a análise da SPA.

10.4. O resultado da verificação da SPA, aprovado pela respectiva Secretaria finalística, deverá ser apresentado à SPOA, para comunicação à **CAIXA**.

10.5. Será dispensado o envio da SPA para as operações contratadas no âmbito da Ação de Apoio à Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

10.6. No caso do Termo de Compromisso prever, exclusivamente, a elaboração de projetos de engenharia de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e saneamento integrado), a SPA será acompanhada dos respectivos Termos de Referência.

10.7. Será admitida a apresentação da SPA em etapas desde que estas, quando segmentadas, possuam funcionalidade, licenciamento ambiental, titularidade da área e demais exigências para início de obras.

10.7.1. A SPA referente à etapa deverá conter Quadro de Composição do Investimento – QCI da etapa e global, para fins de verificação do enquadramento da operação contratada.

10.7.2. No QCI será admitido, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor do repasse como “saldo a reprogramar ou residual”, ficando estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de homologação, para encaminhamento de nova SPA, com definição de todas as ações que comporão o projeto contratado.

10.7.3. Em caso de descumprimento do estabelecido no subitem 10.7.2 os recursos do “Saldo a Reprogramar” serão remanejados pelo **MCIDADES**.

11. AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA/SERVIÇO

11.1. O **MCIDADES**, por meio da SPOA, comunicará à **CAIXA** a homologação da SPA, momento em que fica autorizado o início das obras/serviços.

11.1.1. A partir da emissão de autorização de início de obras, a **CAIXA** solicitará ao **MCIDADES** a liberação da parcela de recursos necessária para garantir o início da execução do objeto pactuado.

11.1.2. A autorização de início ocorrerá depois de vencidas as etapas do processo licitatório e da comprovação do atendimento às diretrizes de preservação ambiental definidas na legislação pertinente, devidamente avaliadas pela **CAIXA**.

11.2. O prazo para autorização de início de obra/serviço por parte da **CAIXA** não deverá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias, sob pena de cancelamento do Termo de Compromisso, a contar da solução da cláusula suspensiva.

11.2.1. O controle desses prazos será feito entre **CAIXA** e **MCIDADES**, por meio de relatório da operação.

11.3. As Licenças Ambientais, Prévia e de Instalação deverão ser exigidas no ato da autorização da ordem de início da obra, quando for o caso.

12. SOLICITAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO MCIDADES

12.1. A **CAIXA** solicitará ao **MCIDADES** a descentralização das parcelas de recursos necessárias para garantir a execução do objeto pactuado, sistemática e tempestivamente, que deverão ser depositados sob bloqueio na conta bancária específica destinada à movimentação da operação objeto do Termo de Compromisso.

12.1.1. A descentralização de recursos à **CAIXA**, ao longo da execução do Termo de Compromisso, dar-se-á em conformidade com a execução física e orçamentária da operação.

12.1.2. O **MCIDADES** poderá adiantar a descentralização de recursos financeiros, que ficarão sob bloqueio na conta bancária específica do Termo de Compromisso, caso haja recurso financeiro disponível.

12.1.3. O cronograma físico-financeiro aprovado pela **CAIXA**, com parcelas mensais, servirá de base para o monitoramento da execução financeiro-orçamentária da operação.

12.1.3.1. O **MCIDADES** poderá solicitar à **CAIXA** relatório referente às operações cuja execução física não guarde conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado.

12.2. A **CAIXA** deverá observar o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da formalização da solicitação pelo **ENTE FEDERADO**, para aferir a medição dos serviços executados. (alterado pela Portaria nº 66, de 2009)

13. AUTORIZAÇÃO DE SAQUE DOS RECURSOS (DESBLOQUEIO)

13.1. Os recursos deverão ser mantidos na conta bancária específica do Termo de Compromisso e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

13.1.1. Os recursos depositados e geridos na conta bancária específica da operação, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês; e

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

13.1.2. O aproveitamento do saldo financeiro decorrente dos rendimentos dos recursos da operação, se existente, ficará condicionado ao cumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado pela **CAIXA** quando da autorização para início da intervenção, compensados os atrasos por razões não atribuíveis ao **ENTE FEDERADO**.

13.1.2.1. Ressalvam-se os casos em que o saldo financeiro supracitado possa ser utilizado para dar solução a fato superveniente que constitua impedimento à conclusão do objeto original do Termo de Compromisso, e mediante autorização do Gestor.

13.1.3. Os recursos destinados à execução dos Termos de Compromisso deverão ser mantidos bloqueados em conta específica, somente sendo liberados, na forma pactuada, sem prejuízo às demais exigências constantes no presente Manual e demais normativos pertinentes, de acordo com as seguintes orientações: (alterado pela Portaria nº 66, de 2009)

a) os recursos da conta específica poderão ser desbloqueados em parcelas no momento da apresentação do correspondente Boletim de Medição na **CAIXA**; (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

b) no momento da aferição pela **CAIXA**, uma vez constatada divergência entre o Boletim de Medição da parcela anterior e o respectivo valor desbloqueado, a diferença a título de glosa será automaticamente descontada do Boletim de Medição imediatamente posterior, de modo que o pagamento dos valores glosados fique suspenso até regularização das pendências; (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

c) caso o valor da glosa efetuada pela **CAIXA** seja superior ao valor indicado no Boletim de Medição imediatamente posterior, não haverá desbloqueio dos recursos enquanto essa situação se mantiver; (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

d) a última parcela do Termo de Compromisso somente poderá ser desbloqueada após a aferição do Boletim de Medição pela **CAIXA** com os devidos ajustes oriundos de eventuais glosas; (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

e) antes de cada desbloqueio deverá ser verificado se o valor da medição é superior à metade do saldo não desembolsado da operação - Valor Máximo de Referência (VMR), conforme fórmula: $VMR = [\text{Saldo do repasse (R\$)}] \times 0,5$; (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

f) caso a parcela apontada no Boletim de Medição apresentado para desbloqueio fique acima do VMR, será imperiosa a aferição deste Boletim de Medição pela **CAIXA** antes da efetivação do desbloqueio. (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

13.1.4 As irregularidades detectadas devem ser sanadas, observado o disposto no subitem 16.2.1 deste Manual, sob pena de suspensão dos repasses, na forma do art. 6º, da Lei nº 11.578, de 2007. (incluído pela Portaria nº 66, de 2009)

13.2. Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos a que se refere o subitem 13.1 serão realizados observando-se os seguintes preceitos:

a) movimentação mediante conta bancária específica para cada Termo de Compromisso;

b) pagamentos realizados exclusivamente por meio de crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços para despesas constantes do Plano de Trabalho mediante a apresentação do relatório de execução físico-financeira, com a respectiva medição devidamente aferida pela **CAIXA**:

b1) nos casos de execução de ações por regime de administração direta, entende-se por fornecedores e prestadores de serviços o **ENTE FEDERADO**;

b2) nos casos em que o **ENTE FEDERADO** efetuar pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços com recursos próprios de despesas previstas no Termo de Compromisso, por meio da conta específica, a título de antecipação, é facultado o crédito dos recursos oriundos do repasse da União na conta bancária do **ENTE FEDERADO**; e

b3) excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário final pela **CAIXA**, poderá ser realizado o pagamento com recursos de contrapartida, a título de indenização de benfeitorias, à pessoa física que não possua conta bancária, por meio de cheque nominativo.

c) transferência das informações relativas à movimentação da conta bancária a que se refere a alínea “a” ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, em meio magnético, a ser providenciada pela **CAIXA**.

13.3 Para efeito de desbloqueio da primeira parcela, a **CAIXA** deverá verificar, também, a instalação da placa de obra/serviço na forma prevista no Capítulo V deste Manual, e demais exigências constantes do correspondente Manual Específico para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações, quando for o caso.

13.4. O desbloqueio das parcelas seguintes ficará condicionado à efetiva conclusão das obras/serviços relativos à etapa correspondente, devidamente aferida pela **CAIXA**.

13.4.1. O desbloqueio da última parcela fica condicionado, ainda, à entrega do cadastro técnico da obra, quando previsto no Termo de Compromisso.

13.4.2. O cadastro técnico da obra (*as built*) será obrigatório para Termos de Compromisso com valor de repasse superior a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e recomendável para os demais.

13.5. Nos casos de obras para construção ou melhoria de sistema de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos ou drenagem), o desbloqueio da última parcela fica condicionado a:

a) declaração formal do **ENTE FEDERADO** de que incorporará o ativo gerado pela intervenção ao patrimônio municipal, e

b) recebimento do produto final da intervenção pelo órgão operador dos serviços, quando for o caso.

13.5.1. A incorporação do ativo, a que se refere a alínea “a” do subitem anterior, gerado ao patrimônio do Estado só será admitida em situações excepcionais, a critério do Gestor do Programa, em caso de sistemas integrados, quando o produto da intervenção beneficiar mais de um município.

13.6 Admite-se o desbloqueio de parcela de recursos para pagamento de materiais de construção não assentados ou equipamentos não instalados, desde que atendidas as seguintes condições: (alterado pela Portaria nº 627, de 2008)

a) os materiais enquadrem-se nas seguintes categorias: (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

a.1) materiais tubulares e respectivos acessórios para instalação de redes públicas ou obras lineares de saneamento, e (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

a.2) estruturas metálicas ou elementos pré-moldados para produção de unidades habitacionais, equipamentos públicos e obras viárias; (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

b) a aquisição tenha ocorrido por processo licitatório, independente de contratação da execução dos serviços; (alterado pela Portaria nº 627, de 2008)

c) o **ENTE FEDERADO** apresente documento, conforme modelo fornecido pelo **MCIDADES**, assinado por servidor público do respectivo ente, ocupante de cargo compatível com a responsabilidade assumida, com vínculo funcional estável, que se declarará fiel depositário dos materiais, e (alterado pela Portaria nº 627, de 2008)

d) aprovação, pela **CAIXA**, dos preços da aquisição, utilizando-se como parâmetro o SINAPI, salvo para os itens não contemplados por esse sistema, devendo ser devidamente justificados caso sejam constatados preços superiores ao do SINAPI. (alterado pela Portaria nº 627, de 2008)

13.7 Para os fins especificados no item anterior é admissível que a aquisição dos materiais e a contratação dos serviços tenham ocorrido pelo mesmo procedimento licitatório, desde que demonstrados previamente as vantagens da inclusão da compra de materiais em conjunto com a dos serviços, observados os seguintes requisitos adicionais: (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

a) o BDI aplicado sobre serviços seja diferenciado do praticado sobre materiais; (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

b) o BDI aplicado sobre materiais não ultrapasse o limite de 12% (doze por cento), e (incluído pela Portaria nº 627, de 2008 e retificado no DOU de 22 de dezembro de 2008)

c) pelo menos 18% (dezoito por cento) do valor de repasse do Termo de Compromisso corresponda aos materiais especificados no caput do item 13.6. (incluído pela Portaria nº 627, de 2008)

13.8 No caso de fornecimento de equipamentos de fabricação especial, ou seja, todos aqueles que tenham aplicação única por meio de projetos específicos, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do Art.38 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (alterado pela Portaria nº 627, de 2008)

14. PRAZO DE EXECUÇÃO FÍSICA – ORIENTAÇÕES GERAIS

14.1. A prorrogação do prazo de vigência do Termo de Compromisso só poderá ocorrer mediante justificativa expressa e aceitável que demonstre a superveniência de fato imprevisível ou tecnicamente justificável, impeditivo à continuidade da obra nos termos do cronograma originalmente aprovado.

14.2. Deverá ser mantida a compatibilidade entre a execução efetiva e a prevista no cronograma físico-financeiro aprovado pela **CAIXA**, de forma a evitar a paralisação de obras ou a ocorrência de operações com ritmo lento de execução.

14.2.1. O **MCIDADES** solicitará à **CAIXA** relatório das operações com ritmo lento de execução.

14.2.2. Essas operações serão objeto de análise conjunta pela **CAIXA** e pelo **ENTE FEDERADO**, com o objetivo de identificar as causas da situação de lentidão e as soluções cabíveis.

14.2.3. Para o disposto neste item será considerado ritmo lento de execução uma média mensal de execução física inferior a 5% (cinco por cento) do objeto do Termo de Compromisso, considerados os 6 (seis) últimos meses.

15. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento gerencial das operações será realizado por meio de sistema disponibilizado em página na internet específica, denominada Portal do PAC.

15.2. Para efeito de acompanhamento operacional, a **CAIXA** disponibilizará semanalmente ao **MCIDADES** em sua página na internet base de dados atualizada, com as informações gerenciais básicas referentes às operações, conforme rotina em andamento.

15.3. Complementarmente, para efeito de acompanhamento da execução das operações, a **CAIXA** encaminhará ao **MCIDADES** “Relatório de Acompanhamento da Execução - RAE” com fotos, no caso de obras, e “Análise Técnica Social de Avaliação Mensal - AVM”, nas seguintes situações:

15.3.1. Para os Termos de Compromisso com valor de repasse entre R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), nas seguintes ocasiões:

a) no desbloqueio da 1ª parcela, demonstrando o efetivo início das obras/serviços;

b) no desbloqueio da parcela que atinge 50% (cinquenta por cento) dos recursos previstos como repasse da União; e

c) no desbloqueio da última parcela, demonstrando a efetiva conclusão do objeto contratado.

15.3.2. O estabelecido nas alíneas do subitem 15.1.1 aplica-se na íntegra a Termos de Compromisso que serão executados em 3 (três) ou mais etapas (parcelas). Para os executados em apenas uma etapa (parcela) aplica-se a alínea “c”, e para os executados com duas etapas (parcelas) aplicam-se as alíneas “a” e “c”.

15.3.3. Para os Termos de Compromisso com valor de repasse superior a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), o RAE e o AVM deverão ser encaminhados mensalmente. Deverão ser encaminhados, ainda, relatórios de acompanhamento da regularização fundiária e da recuperação ambiental, quando for o caso, trimestralmente.

15.4. A **CAIXA** deverá informar ao **MCIDADES**, logo que constatados, os casos de irregularidade de utilização das parcelas de recursos liberadas.

16. PRESTAÇÃO DE CONTAS - PARCIAIS E FINAL

16.1. Os **ENTES FEDERADOS** encaminharão à **CAIXA** as prestações de contas dos Termos de Compromisso de acordo com o estabelecido neste Manual, e em conformidade com as orientações do **MCIDADES** e da **CAIXA**. [\(alterado pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.2. Para fins de prestação de contas parcial deverão ser apresentados à **CAIXA**, no mínimo, relatório de execução físico financeira do empreendimento, relação de pagamentos efetuados, extrato bancário e pedido de liberação dos recursos. [\(alterado pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.2.1. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.2.1.1. O prazo para a apresentação das prestações de contas parciais deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, contado da data do penúltimo desbloqueio de recursos. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.2.2. Caso o desbloqueio dos recursos seja efetuado em até 2 (duas) parcelas, a apresentação da prestação de contas far-se-á até o final da vigência do Termo de Compromisso, englobando todas as parcelas liberadas. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.3. Após o desbloqueio da última parcela deverá ser apresentada, em até 60 (sessenta) dias, a prestação de contas final. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.4. Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o ordenador de despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará o **ENTE FEDERADO**, dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.5. Decorrido o prazo descrito no subitem anterior sem que a irregularidade haja sido sanada ou adimplida a obrigação, a **CAIXA**, sob pena de responsabilidade no caso de omissão, comunicará o fato ao órgão de controle interno competente, providenciará, junto à unidade de contabilidade analítica, a instauração de Tomada de Contas Especial e procederá, no âmbito do SIAFI, o registro de inadimplência. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.6. Caso não aceitas as razões apresentadas pelo **ENTE FEDERADO**, a **CAIXA** concederá prazo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, findo o qual encaminhará denúncia ao Tribunal de Contas da União. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.7. A utilização dos recursos em desconformidade com o Termo de Compromisso ensejará obrigação de o **ENTE FEDERADO** devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.8. Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o beneficiário e a data de efetivo crédito, na Conta Única do Tesouro Nacional, do montante devido pelo **ENTE FEDERADO**. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.9. Em qualquer dos programas, nos casos de execução de obras para construção ou melhoria de sistema de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos ou drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais), a aprovação da prestação de contas final está condicionada à apresentação da Licença de Operação (LO), quando for o caso, a qual deverá ser fornecida pelo órgão ambiental competente. [\(alterado pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.10. Nos casos exigidos, conforme disposto na Instrução Normativa nº 50, de 6 de novembro de 2008, somente após a entrega do Relatório Final de Avaliação, o Termo de Compromisso será considerado concluído e a prestação de contas aprovada. [\(incluído pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

16.11. Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência dos Termos de Compromisso, quando da extinção desses, serão de propriedade dos **ENTES FEDERADOS**, conforme previsão a ser explicitada no Anexo do Termo de Compromisso. [\(alterado pela Portaria nº 12, de 2009\)](#)

17. DAS EXCEÇÕES

17.1. APROVAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

17.1.1. A aprovação do projeto técnico de obra e a comprovação pelo **ENTE FEDERADO** da titularidade da área de intervenção poderão ocorrer após a formalização do Termo de Compromisso, desde que previsto em cláusula suspensiva, impeditiva do início da obra ou serviço, com prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias para atendimento das exigências que permitam a sua aprovação, incluído o prazo para elaboração da SPA, sob pena de cancelamento do Termo de Compromisso.

17.1.2. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado pelo **MCIDADES**.

17.2. SOLICITAÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE DE ENQUADRAMENTO

17.2.1. É facultado à Secretaria Executiva autorizar casos excepcionais que envolvam alterações dos itens e respectivos parâmetros descritos neste Manual, a partir de solicitação do **ENTE FEDERADO**, acompanhada de manifestação técnica favorável sobre a viabilidade do pleito expedida pela **CAIXA**, quando solicitada, devidamente referendada e aprovada pela área técnica do **MCIDADES**, bem como submetida à análise e aprovação do órgão jurídico do **MCIDADES**.

17.3. CONTRATO ANTERIOR COM OBRA PARALISADA

17.3.1. Para efeito do previsto neste item será considerada:

17.3.1.1. Obra paralisada - aquela que apresentar média mensal de evolução da execução física igual ou inferior a 2% (dois por cento) durante os 6 (seis) meses imediatamente anteriores à análise da documentação a que se refere o subitem 16.2.

17.3.1.2. Obra retomada - aquela que apresentar evolução física atestada pela **CAIXA** não inferior a 5% (cinco por cento) do Termo de Compromisso anterior.

17.3.2. Na fase de análise de documentação, a **CAIXA** deverá verificar, também, a existência de contratos inscritos nos programas do **MCIDADES**, firmados com o **ENTE FEDERADO** em exercícios anteriores, cujas obras estejam paralisadas.

17.3.3. Verificando-se a existência de obra paralisada, somente poderá ser assinado Termo de Compromisso mediante inclusão de cláusula suspensiva, com prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, determinando a retomada das obras paralisadas. Havendo necessidade e interesse na prorrogação desse prazo, o caso deverá ser submetido em tempo hábil ao **MCIDADES**.

17.3.4. Poderão ser ressaltados os casos com justificativa técnica sobre a razão motivadora da paralisação, devidamente acatada pela **CAIXA** e pelo **MCIDADES**, e desde que esteja em processo final de solução.

17.3.5. O disposto neste item não se aplica quando o novo Termo de Compromisso tratar exclusivamente de execução de serviços.

IV. CONTRAPARTIDA

18. A contrapartida é a aplicação de recursos próprios do **ENTE FEDERADO** ou de terceiros, em complemento aos recursos alocados pela União, com o objetivo de compor o valor de investimento necessário à execução das ações previstas.

19 A contrapartida será constituída por recursos financeiros, bens ou serviços financeiramente mensuráveis, passíveis de compor o investimento, respeitado o cronograma físico-financeiro que vier a ser estabelecido para o empreendimento.

20. A contrapartida será determinada pelo **MCIDADES** no ato de seleção das operações e terá como base os valores definidos nos Protocolos de Cooperação Federativa e Termos de Compromisso celebrados com a União. (alterado pela Portaria nº 95, de 2009)

20.1. Para as operações selecionadas sem a indicação do valor da contrapartida deverão ser observados os limites mínimos estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente no exercício de aprovação do Termo de Compromisso.

20.2. Obras e serviços executados antes da aprovação do Termo de Compromisso não poderão ser aceitos como contrapartida, nem compor o valor do investimento.

V. PLACA DE OBRA/SERVIÇO:

21. Deverá ser instalada e mantida durante todo o período de realização da obra/serviço placa indicando a origem e a destinação dos recursos, conforme modelo definido no “Manual Visual de Placas de Obras”, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, encaminhado à **CAIXA** pelo Ofício **SE/MCIDADES** nº 4.885, de 25 de agosto de 2004, e disponibilizado nas Agências da **CAIXA** e no endereço eletrônico do Ministério na internet <http://www.cidades.gov.br>.

VI. DOS PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

22. A fiscalização quanto à regularidade de aplicação dos recursos financeiros transferidos com base neste Manual dar-se-á em conformidade com os termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

22.1. A fiscalização quanto à regularidade da aplicação dos recursos financeiros transferidos com base nesta Lei é de competência do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e das unidades gestoras da União perante as quais forem apresentados os Termos de Compromisso.

VI. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23. Os itens de investimento executados com contrapartida adicional devem ser indicados pelo **ENTE FEDERADO** em separado do Plano de Trabalho, conforme apontado no subitem 7.1.10.2 deste Manual.

23.1. Será igualmente obrigatória a previsão de cláusula no Termo de Compromisso determinando a responsabilidade do **ENTE FEDERADO** pela conclusão dos itens de investimento executados com contrapartida adicional.

24. As alterações no Termo de Compromisso, a serem aprovadas pela **CAIXA**, somente serão permitidas nos casos em que se fizerem necessárias, devidamente justificadas tecnicamente e de modo tempestivo pelo **ENTE FEDERADO**, ou ante a ocorrência de fato imprevisível, desde que mantida a finalidade original da obra e observados os limites da ação prevista na Lei Orçamentária Anual.

24.1. No caso de readequação de projeto solicitada após a aprovação do original, na forma do item anterior, deverão ser observados os prazos máximos previstos nos subitens 17.1 e 17.1.1 deste Manual, contados a partir da solicitação formal por parte do **ENTE FEDERADO**.

25. Os **ENTES FEDERADOS** devem atender às solicitações efetuadas pela **CAIXA**, através de suas Agências ou Escritórios de Negócios/Superintendências Regionais, decorrentes da análise efetuada na documentação ou de qualquer outra etapa do processo de contratação e execução.

26. Será adotado o Sistema Nacional de Índice de Preços - SINAPI, monitorado pela **CAIXA**, como parâmetro para análise dos custos das obras e serviços propostos.

26.1. Deve haver compatibilidade entre o custo da etapa/fase e seus respectivos quantitativos.

26.2. O demonstrativo de custos deve apresentar seus componentes, suas unidades e respectivos quantitativos adequadamente especificados.

26.3. O grau de detalhamento dos custos deve permitir uma quantificação correta e adequada de cada fase da obra.

27. O **ENTE FEDERADO**, quando da execução de despesas com recursos transferidos, sujeita-se às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente em relação aos procedimentos licitatórios e de contratação, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos casos que especifica.

28. Em face da necessidade comprovada de contratação por parte do **ENTE FEDERADO** de empresa para gerenciamento e supervisão de programa e/ou projetos, a inclusão deste item de composição de custo nos Termos de Compromisso poderá ser admitida a título de contrapartida, ressalvados os casos previstos nos Manuais Específicos para Apresentação de Propostas dos Programas/Ações.

29. No intuito de elucidar dúvidas ou detalhar procedimentos adicionais específicos aos programas sob suas responsabilidades, as secretarias finalísticas do **MCIDADES** poderão, a qualquer tempo, divulgar orientações operacionais à **CAIXA** ou aos **ENTES FEDERADOS**, desde que não promovam alteração e/ou excepcionalização de qualquer das previsões contidas neste Manual.

30. O disposto neste Manual se aplica, no que couber, aos Termos de Compromisso aprovados anteriormente à sua vigência.

31. (revogado)

VII. CONTATOS:

MINISTÉRIO DAS CIDADES:

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 1º, 2º e 3º andares

CEP: 70.054-902 / Brasília - DF

Telefone: (61) 2108.1000

FAX: (61) 3226.2719

E-mail: cidades@cities.gov.br

Internet: <http://www.cidades.gov.br>

CAIXA:

Superintendência Nacional de Repasses - SUREP

Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, 9º andar.

CEP 70.092-900 Brasília - DF

Telefones: (61) 3414.8253

E-mail: surep@caixa.gov.br

Internet: <http://www.caixa.gov.br>

Agências e Superintendências Regionais da CAIXA:

Encontradas em todo o território nacional.